

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2	ABOLICIONISMO, DIREITO PENAL MÍNIMO E MOVIMENTO DE LEI E ORDEM	5
2.1.	O Abolicionismo	5
2.2.	O Movimento de lei e ordem	12
2.2.1.	Direito penal do inimigo	17
2.3.	O Direito penal mínimo	24
CAPÍTULO 3	ENFOQUES CRIMINOLÓGICOS	31
3.1.	Introdução	31
3.2.	Principais áreas de estudo do criminólogo	32
3.3.	Teorias criminológicas	34
3.3.1.	Teoria do delito como eleição	35
3.3.2.	Teorias das influências	37
3.3.3.	As predisposições agressivas	40
3.3.4.	O aprendizado da delinquência	41
3.3.5.	Teoria do etiquetamento (<i>labeling approach</i>)	42
3.3.6.	Bullying	44
3.4.	Conclusão	45
CAPÍTULO 4	CONCEITO DE PRINCÍPIOS	47
4.1.	O caráter normativo dos princípios	49
CAPÍTULO 5	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL DO EQUILÍBRIO	55
5.1.	Princípio da dignidade da pessoa humana	55
5.1.1.	A concepção normativa da dignidade da pessoa humana	57
5.1.2.	O desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana pelo próprio Estado	60
5.1.3.	A relativização do princípio da dignidade da pessoa humana	60
5.2.	Princípio da intervenção mínima	62
5.2.1.	Teoria do bem jurídico como fundamento da intervenção mínima	63
5.2.1.1.	O critério de seleção dos bens jurídico-penais e a criação típica	65
5.2.2.	Da natureza subsidiária do Direito Penal	72
5.3.	Princípio da lesividade	76
5.4.	Princípio da adequação social	81

5.5.	Princípio da insignificância	84
5.5.1.	Origem e natureza jurídica do princípio da insignificância	85
5.6.	Princípio da individualização da pena	90
5.7.	Princípio da proporcionalidade	96
5.7.1.	A pena necessária	98
5.7.2.	A pena suficiente	102
5.8.	Princípio da responsabilidade pessoal	104
5.9.	Princípio da limitação das penas	107
5.9.1.	Da pena de morte	109
5.9.2.	Da pena de caráter perpétuo	111
5.9.3.	Da pena de trabalhos forçados	112
5.9.4.	Da pena de banimento	114
5.9.5.	Das penas cruéis	115
5.10.	Princípio da culpabilidade	117
5.11.	Princípio da legalidade	122
5.11.1.	<i>Nullum crimen nulla poena sine lege praevia</i>	125
5.11.2.	<i>Nullum crimen nulla poena sine lege scripta</i>	127
5.11.3.	<i>Nullum crimen nulla poena sine lege stricta</i>	128
5.11.4.	<i>Nullum crimen nulla poena sine lege certa</i>	132
CAPÍTULO 6	A SELETIVIDADE DO DIREITO PENAL	137
CAPÍTULO 7	IMPLEMENTAÇÃO DAS FINALIDADES SOCIAIS DO ESTADO COMO FATOR INIBIDOR DA PRÁTICA DE INFRAÇÕES PENAIS	141
CAPÍTULO 8	A IDÉIA DA RESSOCIALIZAÇÃO	145
8.1.	A ressocialização sob o enfoque do direito penal do equilíbrio.	150
CAPÍTULO 9	CONCLUSÃO	155
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
	ÍNDICE REMISSIVO	165